



A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA NOS ESTUDOS DO CORPO E CORPOREIDADE: Possibilidades de Avanços para a Administração?

THE THEORY OF COMMUNICATIVE ACTION IN BODY AND CORPOREALITY STUDIES: Possibilities of Advances for Management?

Elisângela Domingues Michelatto Natt⁽¹⁾

Alexandre de Pádua Carrieri⁽²⁾

Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, MG

RESUMO

Ao abordar o tema corpo e corporeidade, busca-se promover a discussão acerca da relevância que essa temática pode ter nas relações humanas. Entendemos que as práticas dos sujeitos só se realizam a partir da corporificação que os mesmos fazem de suas ideias, anseios, frustrações, etc, o corpo fala, ele é uma ação comunicativa. Nesse sentido, a Teoria da Ação Comunicativa se faz um relevante veículo de análise na medida em que permite que se passe do plano da historicidade meramente linguística, indo para além do plano universal e possibilitando uma crítica mais profunda da realidade. O corpo representa o fenômeno social e as imagens que as pessoas têm de si é também condicionada pelas relações sociais que as envolvem (PEREIRA; AYROSA, 2012). A proposta de contribuir com um olhar mais atento e mais amplo, sobre as dinâmicas que perpassam o mundo social, considera que as organizações são como reflexos dos processos psíquicos e intrapsíquicos dos indivíduos, que projetam suas angústias e anseios nas organizações das quais fazem parte. Entendemos ainda que explorar a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas no âmbito da administração, em especial sobre os estudos sob o tema corpo pode resignificar caminhos de pesquisa já explorados, mas como arestas que podemos alcançar.

Palavras-chave: Corpo; Corporeidade; Teoria da Ação Comunicativa.

ABSTRACT

Addressing the issue body and corporeality, the aim is to promote discussion about the importance that this issue can have on human relationships. We understand that the practices of the subject only take place from the embodiment that they form their ideas, desires, frustrations, etc., the body talks, it is a communicative action. In this sense, the theory of communicative action becomes an important vehicle of analysis when it allows you to pass from the merely linguistic historicity plan, trespassing the universal plan and allowing a deeper critique of reality. The body is a social phenomenon and the images that people have of themselves is also conditioned by the social relations that it involves (PEREIRA; AYROSA, 2012). The proposal to contribute a closer and wider look on the dynamics that underlie the social world, believes that organizations are like reflections of psychic and intrapsychic processes of individuals who project their anxieties and aspirations in the organizations to which they belong. We also believe that explore the communicative action theory of Habermas in the administration, particularly on the studies under the body theme can reframe search paths already explored, but with edges that we can achieve.

Key Words: Body; Corporeality; Theory of Communicative Action.

INTRODUÇÃO

Ao abordar o tema corpo e corporeidade, busca-se promover a discussão acerca da relevância que essa temática pode ter nas relações humanas. Segundo Souza, Costa e Pereira (2015, p. 729) “corpo deve ser visto como um tema de análise pertencente também ao campo dos estudos organizacionais”, nesse sentido, o que se propõe é que tenhamos um olhar mais atento para essa temática, para talvez, possibilitar a emergência de mais um olhar ampliado acerca das complexidades e dinâmicas que perpassam o mundo das organizações. Nesse trabalho parte-se da ideia de que as relações sociais são o reflexo da dinâmica psíquica e intrapsíquica que incide sobre os indivíduos e os torna sujeitos. Esses sujeitos, por sua vez, projetam na sociedade, seus anseios, frustrações e sentimentos da mais diversa ordem. Entendemos que as práticas dos sujeitos somente se realizam a partir da corporificação que os mesmos fazem de suas ideias, anseios, frustrações, isto é, o corpo fala e é, portanto, uma ação comunicativa.

Almejando compreender, com profundidade, os elementos que incitam e perpassam as práticas dos sujeitos na contemporaneidade, consideramos que na relação com o corpo, e do corpo, podemos encontrar elementos que podem trazer à tona, temas sobre como lidamos com o mundo ao nosso redor, bem como incorporamos aquilo que nos cerca. Partilhamos da ideia de Siqueira e Siqueira (2008), que apontam o corpo e suas imagens como lugares de memórias. Para os autores, nos nossos corpos se inscreve a sociedade que se mostra a partir das relações de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais, permitindo ainda, que se observem os níveis de resistência individuais. Essas marcas, inscritas nos corpos, revelam a história, as memórias e experiências dos sujeitos, permitindo que se identifique e comunique, de forma reconhecível e

informativa, que não se pode esquecer, aquilo que não se pode apagar, e um corpo marcado, é forma de comunicação.

Desta maneira, sob a perspectiva de Habermas (1981; 1989), e no intuito de transcender à crítica da ideologia, buscamos realizar uma reflexão que permita a compreensão da realidade cotidiana dos indivíduos. Como aponta Oliveira (2008), a hermenêutica evolui a partir dos trabalhos de Habermas, deixa suas pretensões de universalidade, dando lugar às reflexões críticas e olhando para além do que ocorre no plano linguístico, atentando também para as dinâmicas do plano objetivo das ações sociais. Trata-se de uma empreitada que vislumbra a compreensão das ações sociais a partir da compreensão da linguagem, do trabalho e do poder. Nesse sentido, a Teoria da Ação Comunicativa se faz um relevante veículo de análise na medida em que permite que se passe do plano da historicidade meramente linguística, indo para além do plano universal e possibilitando uma crítica mais profunda da realidade. Trata-se de uma evolução da hermenêutica, sugerindo que se recorra à crítica e à psicanálise como caminho para o desvelar daquilo que está por trás do nível puramente linguístico, e que pode levar a distorções da realidade (OLIVEIRA, 2008).

Quando buscamos a palavra chave “corpo” como vocábulo no Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), observamos que há só oito trabalhos. O que nos impele observar e refletir sobre o tema, já que tão pouco são os trabalhos nesse sentido. Buscamos refletir em quais aspectos a teoria da ação comunicativa poderia se aproximar das abordagens já existentes nos estudos organizacionais sobre o corpo e em quais aspectos se afasta.

A opção em realizar esse ensaio ocorre no sentido de apontar outro olhar que, de acordo com nossa compreensão pode ampliar e enriquecer as análises da dinâmica organizacional. Linguagem, corpo, imagem e

relações de poder são os compostos de uma teia que constrói o mundo real e, entendemos que a hermenêutica, sob a perspectiva e contribuição crítica elaborada por Habermas e complementada pela Teoria da Ação Comunicativa, é uma forma de análise válida para a compreensão do mundo real, admitindo que a linguagem traz distorções e negações da realidade, entendemos que os corpos e as relações são a complementaridade para o acesso mais próximo do real. Entendemos que uma das funções do corpo é comunicar e, nesse sentido, a Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1981) nos dá o aporte necessário para nossa proposta de análise. O próprio estabelecimento das relações sociais se dá a partir dos corpos e é a partir deles que os indivíduos se tornam sujeitos (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2008).

Pautados nessa ideia, consideramos como Souza, Costa e Pereira (2015) que os estudos organizacionais podem se valer de uma análise que considere os corpos e as relações corporificadas na cena organizacional. As maneiras como os executivos se vestem, as exigências implícitas de aparências padronizadas e estereotipadas, ou ainda as campanhas publicitárias, os produtos para os corpos e dos corpos, a tentativa de docilização dos corpos, a propagação dos ideais de saúde, a venda do próprio corpo – sob as mais diversas e inusitadas formas – envolvem sempre uma relação econômica e/ou de poder. Compreender essa dinâmica é uma forma de se aproximar da realidade e buscar uma maior amplitude nos estudos que visam compreender e revelar o universo em que se concretizam as organizações.

Para Flores-Pereira e Cavedon (2009) é possível agregar aos estudos em sobre o sujeito, o conhecimento que a Antropologia do Corpo desenvolveu nos últimos anos, visto que a partir dessa ótica é possível desvendar não apenas a dimensão simbólica do corpo, mas também demonstrar uma relação pré-reflexiva – corporal – que se constituiu nas relações no mundo cultural. As

autoras partilham da Antropologia do Corpo o entendimento de que a cultura é algo que constantemente inscrita nos corpos dos sujeitos sociais, incorporada por esses corpos. Suas análises revelam que esse tipo de trabalho pode contribuir com a politização do corpo no ambiente organizacional, seja sob a perspectiva do processo de disciplinarização do corpo para o trabalho, ou sob a perspectiva da hierarquização das diferenças corporais, como a cor, a orientação sexual, a deficiência, a ornamentação, ou volume do corpo. Ao apontar o processo de gestão ou mercantilização dos corpos, é possível questionar o ordenamento maior da prática organizacional, os valores da instrumentalidade, da normalidade e da universalidade (FLORES-PEREIRA; CAVEDON, 2009).

Tentando desenvolver nossa proposta de forma clara, distribuímos os conteúdos em seis seções, iniciando por esta introdução, partindo para a apresentação da temática corpo e corporeidade, passando a uma breve explanação sobre a questão ética em torno do tema proposto, e seguindo com uma rápida abordagem sobre a Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas (1981). Posteriormente, trazemos alguns pontos abordados por alguns autores na área de estudos organizacionais e sociedade no que se refere ao corpo e aos sujeitos. Por fim, fazemos algumas considerações em torno do tema e da importância que ele tem para os estudos organizacionais, visando propor uma possibilidade de análise que se admite limitada, como qualquer ponto de análise, mas que objetiva a compreensão profunda de parte da dinâmica que perpassa a realidade nas mais diferentes camadas do mundo impactado pelas organizações.

CORPO E CORPOREIDADE

Se quisermos compreender o mundo real, não podemos ignorar a necessidade de uma reflexão que considere a corporeidade dos sujeitos, pois é por meio dessa corporeidade que se acessa o mundo real.

Esse aspecto representa um importante tema debatido no âmbito das ciências sociais e humanas, seja na antropologia, na filosofia ou mesmo na psicologia. Conforme nos traz Barcelos (2009), essa unidade do ser humano, bem como o papel fundamental do corpo ou a finitude do espaço e experiência constitui-se como um dos temas relevantes da cultura contemporânea. Para a autora, a compreensão da pessoa como uma unidade é contempla uma descoberta concretizada pela cultura, que após herdar a divisão do homem em duas substâncias ontologicamente diferentes – corpo e espírito – pauta-se no cristianismo para assumir o corpo como uníssono, constituindo o que entendemos como pessoa humana.

Essa criação da figura humana (HABERMAS, 2010) encontra sentido para questões como a ética e a moral. Contudo, questões práticas envolvendo o corpo e a corporeidade em tempos contemporâneos, inviabilizam que áreas de conhecimento como a filosofia, não mais dêem conta – se é que um dia deram – de fornecer respostas definitivas às perguntas sobre a conduta de vida pessoal ou até coletiva. A relação com o corpo, que é também a relação com o real, faz com que a ética regrida ao que Habermas chamou de ciência triste, e passa então a permitir apenas reflexões dispersas, retidas na forma aforística, originadas a partir da vida prejudicada. Nesse sentido, do mesmo modo como a vida era apresentada pelas religiões e modelos de vida eram indicados para uma minoria, diferindo da realidade e possibilidades da maioria, a ciência também acaba por perfazer esse mesmo caminho, onde um sujeito que é tido como universal vale como modelo aos demais não universais (e que não são poucos). Neste sentido, sujeitos unos e encarnados segundo uma ética corpórea única se constituiriam como

encarnações das condições múltiplas decorrentes das relações sociais que os constituem como seres individuais.

Vale ressaltar que desde os mais primórdios tempos, os homens se mostram e se fazem pelos corpos. Desde os sujeitos marcados pela tortura nas sociedades mais longínquas, até as contemporâneas formas de uso da imagem do corpo, temos uma sociedade desenhada pelos corpos, que representam posições sociais, crenças, valores e indicativo de pertença ou não a determinados grupos (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2008). O corpo moralmente aceito e valorizado segue padrões estereotipados e revela o aspecto coercitivo dos fatos sociais, o poder que a coletividade exerce sobre os indivíduos, e o reflexo do espaço dito democrático. Para Siqueira e Siqueira (2008) o corpo acaba também sendo um espaço de violência, implicando relações sociais de poder. O corpo representa o fenômeno social e as imagens que as pessoas têm de si é também condicionada pelas relações sociais que as envolvem (PEREIRA; AYROSA, 2012).

Em seus estudos, Thompson e Hirschman (1995) destacaram que as formas do corpo têm significados relacionados à posição do indivíduo no campo social e graus de controles a que ele é submetido. Em 2008, Siqueira e Siqueira (2008) trazem o mesmo tema e apontam que o corpo é o depositário das marcas indelévels da ação do indivíduo na sociedade. Essas marcas seriam então a demonstração da profundidade do envolvimento dos indivíduos com a realidade a qual estão expostos e controlados. As marcas do corpo atestam as dores, as recordações e os sentimentos, e o corpo torna-se então, o veículo que impede o esquecimento. Não se tratam de práticas primitivas, selvagens ou irracionais. Não são práticas desprovidas de sentido, aliás,

constituem mais um dos comportamentos que estão imbricados por sentidos e significações. É mais uma das ações que só fazem sentido se lançarmos um olhar que busque compreender os sujeitos a partir de sua totalidade lógica e simbólica. Desta forma, nenhuma prática social deve ser considerada vazia de um corpo, pois é esse que a suporta e a possibilita. Siqueira e Siqueira (2008) apontam que os sujeitos lançam dos recursos corporificados tanto para apropriarem-se de ideais de estética disseminados em seu meio, quanto para dissimular ou atenuar particularidades de sua aparência e posição social.

Souza, Costa e Pereira (2015, p.736) enfatizando o século dezoito, afirmam que

Nesse contexto histórico, o corpo passa a ser tratado como fundamental para categorizar a humanidade, sendo atribuídas aos indivíduos - a partir do seu corpo - características que vão além dos seus aspectos anatômicos, como, por exemplo, a capacidade lógica, presente nos homens, e a irracionalidade dos afetos, contida no corpo das mulheres.

Essa ideia desse sujeito para além dos aspectos anatômicos, segundo Barcelos (2009), prepondera-se na cultura ocidental, tornando-se inspiração para que o corpo assumira estatuto fundamental na pessoa humana, concebendo o corpo como uma totalidade circunscrita ou uma entidade individualizada. Um conjunto de relações diversamente qualificadas, tornando o homem corporal (material). E esse corpo, que as relações mediam entre o divino e o humano torna-se a unidade originária da pessoa. Contudo, a concepção dualista - corpo e alma - não é superada na Modernidade, ocorrendo então uma

radicalização do dualismo platônico, evidenciado na filosofia cartesiana, Segundo Marcondes (2007) esse dualismo cartesiano radicalizado recai de sobre maneira no corpo, pois nosso conhecimento sobre o real recorre sempre aos sentidos, à percepção, à memória e ao risco dos enganos, da falsidade, Para esse autor acima citado, essa separação corpo e mente torna-se base da modernidade e do solipsismo cartesiano que predominará também na ciência.

Para Barco (2012) é só na Fenomenologia que a unidade entre corpo e alma é novamente retomada. Para esse pensar filosófico o corpo é o próprio sujeito e o contato com o mundo se daria conforme a capacidade sensorial deste corpo/sujeito. Experimentaríamos o real a partir de uma perspectiva estendida iniciando-se na inserção deste corpo em um espaço e no espaço dado por este corpo. E essa unidade do homem é também evidenciada na obra de Merleau-Ponty (2005) que estrutura a noção de corporeidade, criticando as reivindicações de dualismo e apontando o homem como uma realidade concreta e existencial, possuidor de consciência e corpo uníssonos (MERLEAU-PONTY, 2005), sistema constituído por capacidades motoras e perceptivas, um conjunto de significações vividas que caminham para o equilíbrio. Assim, o homem, ente real, é uma unidade vivida, pautada na experiência do eu sobre si mesmo, onde a consciência é intenção e o corpo e expressão dessa intencionalidade. A consciência que não atinge a expressão no corpo desvanece-se e o corpo, sem a consciência, nada mais é que a condição unicamente biológica. Para Merleau-Ponty (2005), o corpo e a consciência são a unidade originária anterior à instauração da dualidade de sujeito e objeto. Uma dimensão

vivida da existência é sujeito de percepção e revela o mundo perceptivo e funda a consciência no mundo, possibilitando a experiência perceptiva originária, em que o corpo permite ter uma experiência, situando o sujeito no mundo comunicando e fazendo existir. O corpo é então uma unidade psíquica, social e espiritual.

Para Barcelos (2009) essa totalidade vivida é organizada e estruturada para manter uma relação de condicionamento mútuo entre o corpo e o espírito, numa relação intrínseca de corporeidade e espiritualidade, onde a pessoa realiza sua totalidade dinâmica, experimentando e testemunhando a vida real. Para a autora, o corpo é a parte material, condicionada pelas leis do tempo e do espaço, pelos processos biológicos, físicos e químicos, como todos os corpos existentes na natureza. Esse organismo, corpo vivo, distinto da matéria inorgânica, reúne ainda características da vida vegetativa e da vida sensitiva. A primeira refere-se à assimilação das substâncias nutritivas, garantindo a sobrevivência, o crescimento e a manutenção da própria vida, sendo uma linha concreta da vida que nasce, cresce e morre. A segunda, característica do próprio animal, referindo-se ao impulso, captado pelos órgãos sensoriais. Assim, a concepção filosófica de pessoa, em termos uníssonos e integrais no que se refere à corporeidade e espiritualidade, seria finalmente considerada em outras ciências, inclusive pelas que se debruçam sobre os corpos (CUNHA, 2008), agora não mais entendidos como objetos, mas tratados como portadores de uma dimensão subjetiva do indivíduo humano (BARCELOS, 2009).

Mas, segundo Maember e Venkatesh (1999) e Goldenberg e Ramos (2007), é a partir do final da segunda metade do século XX que o corpo, passa a ter crescente

exaltação, com maior exibição pública e evidente controle social. O corpo deixaria de ter exclusivamente o papel de conter um sujeito e passa a compor um mercado, que lhe conferiria um valor. Uma valorização em todos os sentidos, desde aspectos anatômicos até aspectos psicológicos. O corpo ao é só uma ferramenta do capital, não é só fonte de produção de trabalho e consumo reprodutivo, ele agora é todo consumo. É nesse novo contexto material que o corpo se reifica e pode ser entendido como objeto atribuído de significado e possibilitando formas de mercantilização relacionadas ao próprio corpo e ao modo como os sujeitos lhe atribuem significados, por completo ou em partes. A maneira como os indivíduos relacionam-se com seus corpos tem um que de posse, de libertação e de auto compreensão que só é permitida a partir da consciência de si. Nesse sentido, o corpo seria uma extensão das inúmeras identidades que os indivíduos podem apropriar-se, refletindo as várias relações que mantem com o universo exterior. Haveria, novamente, uma cisão entre corpo e sujeito, um retorno ao pensar cartesiano frente a outras possibilidades que aparecem e desenvolvem-se neste século vinte.

Como mercadoria o corpo pode, ser entendido também como um bem simbólico, passível de receber a inscrição de diferentes valores, dependendo do contexto em que se encontra inserido (BOURDIEU, 2011). Assim, a aparência e a forma como os indivíduos relacionam-se com o próprio corpo seria uma maneira de apresentar-se com legitimidade, distinguindo-se ou incluindo-se visualmente. De acordo com Pereira e Ayrosa (2012) é dessa forma, que se constroem culturalmente os corpos, enfatizando certos aspectos e atributos em detrimento de outros, permitindo a emergência de um corpo

tipicamente aceitável por cada cultura. Para os autores, é o mundo social em que se encontram inseridos os sujeitos que opera no sentido de forçar e reforçar o sistema de significados e as práticas associadas ao corpo. Orientados pelo contexto e argumentos apresentados até aqui, e a partir de toda a conformação envolvendo a relação entre os sujeitos a partir de seus corpos, temos que corpos e almas, consciência ou espiritualidade são indissociáveis. Independente do nome que se dê, e da perspectiva filosófica que se adote, entendemos que, um é parte do outro e, portanto, inexistem perante a ausência um do outro, ao menos em termos filosóficos. Nesses termos, como poderíamos pensar na mercantilização dos corpos? Como ficaria a questão ética? Estaríamos voltando à dualidade na concepção de homem? Almejando algumas reflexões discorreremos a seguir, sobre os aspectos éticos envolvendo a manipulação dos corpos e de tudo que dele decorre ou a ele pertence.

UM ENTENDIMENTO DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Para autores como Marin e Silveira (2008), Habermas avança sua teoria para além de Fenomenologia (Merleau-Ponty). Para esses autores, Habermas além de questionar o distanciamento que provoca entre ser humano e mundo vivido, trouxe uma base teleológica onde os sujeitos só se reconhecem em função de seu papel no sistema em vigência, comportando-se como um autômato em todas as esferas da vida. A ideia é contrapor a autonomia proposta por Habermas versus a automação do ser humano. Neste sentido, ao trazer a estética, ou outras categorias de análises para a administração, assim como para os estudos

organizacionais, pesquisadores estariam construindo uma teia onde o ser humano existe enquanto autômato organizacional, mas com um corpo de carne e osso, que se desgasta e tem uma vida útil e não é um ciborgue ainda.

Segundo Mager (2008, p. 24)

é importante notar que Habermas se afasta das ciências empírico-analíticas de orientação positivista e a serviço do controle e das ciências histórico-hermenêuticas, de tradição fenomenológica, que tem apenas a intenção de compreender o *meaning* sem influenciá-lo, para enfatizar a perspectiva da ciência crítica que pretende tanto entender o mundo quanto modifica-lo.

Considerado herdeiro da teoria crítica da Escola de Frankfurt, Habermas, rompe com alguns princípios disseminados no referido grupo acadêmico, e acentua a crítica à razão iluminista (BATISTA, 2012). Habermas tenta reabilitar a natureza libertadora e emancipatória da razão, pautando-se no fato que a modernidade é um projeto inacabado, o autor introduz o conceito de razão comunicativa, em substituição à razão instrumental ou estratégica. De acordo com Batista (2012), Habermas considerou que a razão comunicativa, de cunho comunitário e discursivo, envolve a relação do sujeito com o mundo e as expressões simbólicas que mediam essa relação. Pautado nisso, Habermas (1981) formula a Teoria da Ação Comunicativa, oferecendo então uma alternativa à filosofia da história. Para o autor, a ação comunicativa é algo livre, racional e com perspectiva crítica, representando um marco na retomada dos estudos interdisciplinares sobre a

racionalização representada na modernização capitalista.

É relevante ressaltar que Habermas viveu um momento que exigia empenho político, e formulou suas teorias na década de 1970, vendo com preocupação, as tendências neoconservadoras, que rejeitam a democracia. Na construção de sua obra esteve empenhado em formular uma teoria orgânica da racionalidade crítica e comunicativa (OLIVEIRA, 2008), fundada na dialética entre o agir instrumental e o agir comunicativo, ou seja, entre o sistema e o mundo da vida. O sistema estaria vinculado ao agir instrumental, sendo composto pelo Estado e sua organização econômica. O mundo da vida estaria vinculado ao agir comunicativo, como um conjunto de valores possuídos por cada indivíduo ou sujeito – individual ou comunitariamente (FIEDLER, 2006).

Propondo uma reconstrução de alguns dos pressupostos da modernidade, Habermas (1989) resgata o conceito de mundo da vida, de Hegel, propondo uma versão racionalizada, em que os imperativos sistêmicos colidem com a lógica própria das estruturas comunicativas.

Oliveira (2008) sintetiza as ideias de Habermas apontando suas preocupações com os problemas do capitalismo, oriundos do crescimento do complexo econômico-administrativo e os meios de controle – dinheiro e/ ou poder. As anomias resultantes desse complexo sistema, como a alienação, a perda de sentido, a ruptura de tradições, as psicopatologias seriam resultantes, também, das estruturas burocráticas e do poder exacerbado do mercado, formando a colonização do mundo da vida, pelo sistema. A teoria proposta por Habermas (1981) possibilita aos seus leitores uma nova visão de homem, de relação social e de

desenvolvimento e aprendizagem (FIEDLER, 2006).

Fiedler (2006) aponta que ao propor a Teoria da Ação Comunicativa, Habermas nos leva às novas possibilidades para a compreensão da transformação social, partindo da compreensão da construção dos novos discursos, advindos da ciência positivista, e da ciência dialética de Marx, para propor uma revolução ao considerar que a mais significativa perda dos indivíduos na sociedade capitalista está nas dificuldades em se comunicarem, dialogarem e construírem valores que viabilizem e respeitem sua condição de alteridade e a possibilidade de ressignificação da realidade social. Habermas leva em conta que não existe uma situação ideal de fala e que nem todos têm a mesma chance de falar. Desta forma, a filosofia da linguagem, que tem como pressupostos, uma situação ideal de fala, o sentido, a argumentação, o consenso, as relações intersubjetivas e o discurso, deixaria passar aspectos fundamentais à compreensão das dinâmicas sociais, já que a estreita relação sujeito-objeto segue ampliando-se e transpondo-se numa relação sujeito-sujeito (BATISTA, 2012).

De acordo com Oliveira (2008), Habermas considera que estado e sociedade tornam-se autônomos na medida em que os meios de controle e os valores de troca compõem o poder administrativo. Essa referida autonomia está relacionada ao complexo monetário-administrativo, que se tornam autônomos ao mundo da vida estruturado comunicativamente, tornando-se supercomplexos, permitindo ao sistema interferir no mundo da vida, ameaçado por uma colonização interna, que coloca em risco a autonomia. Para Batista (2012), a racionalidade comunicativa é processual, e encarnada no mundo vivido, onde histórica e

cotidianamente, os sujeitos são capazes de falar e de agir. É assim que surgem os movimentos sociais no mundo da vida, constituindo formas de oposição ou resistência ao sistema. De acordo com Fiedler (2006), o que era visto por Adorno e Horkheimer como o caos da razão, era encarado por Habermas como um momento de diferenciação das esferas de valor. Nesse dinâmica a busca da verdade filosófica seria possível a partir de discussões consensuais acerca da vida pragmática e da perspectiva filosofia.

Habermas (1981) ousa ao postular que a modernidade liberta o homem para discussões válidas em três mundos, o Mundo da Ciência – da verdade factual –, o Mundo da Moral – das regras e normas sociais – e o Mundo das Artes, associado à subjetividade dos sentimentos, das emoções e das percepções estéticas. Essas diferenciações seriam as veiculadoras para o surgimento de uma razão com pretensões de validade alternadas, coniventes com as especialidades de cada esfera, possibilitando aos indivíduos, capazes de relativizar as verdades, o poder da tomada de posição, dentro de um contexto de discussão dialógica, da produção de sentido comum (FIEDLER, 2006). Para Habermas (1981) a sociedade moderna teria conquistado então, um nível de evolução em que o homem tem a possibilidade de afastar-se desta mesma sociedade para discutir as verdades produzidas por esses três mundos. Isso se daria por meio da ação comunicativa, em que a racionalidade alimenta os movimentos sociais, tornando-se a expressão coletiva da insatisfação das comunidades e povos.

De acordo com Oliveira (2008), Habermas clareia os limites do marxismo ao postular que os imperativos sistêmicos

intervêm na ação estruturada em modo comunicativo. Os imperativos da economia e da administração, mediados pelo dinheiro e pelo poder penetram nos ambientes de tal forma que os destrói. E os conflitos principais da contemporaneidade, nas sociedades capitalistas avançadas e democráticas, ultrapassaria o conflito de classe, tornando-se um conflito derivado do processo em ato de colonização a partir do sistema relacionado aos mundos da vida (OLIVEIRA, 2008; FIEDLER, 2006; BATISTA, 2012). É com confiança que Habermas observa os movimentos que lutam em defesa dos mundos da vida (HABERMAS, 1981; 1989; 2010) para enriquecê-los e possibilitar autonomia em relação às ameaças de colonização, impostas continuamente pelo sistema. Suas propostas se pautam em programas políticos claros e uma revisão e adequação do marxismo em relação aos problemas e conflitos do nosso tempo (OLIVEIRA, 2008), contrapondo-se às propostas dos teóricos ditos pós-modernos. De acordo com Oliveira (2008) Habermas defende que a herança do racionalismo ocidental deve ser corrigida, mas não descartado, passando-se da filosofia do sujeito à filosofia da intersubjetividade comunicativa.

Se o mundo é dividido em cultura, sociedade e personalidade, e a cultura representa o acervo de saber, a sociedade deveria ser o que gera a solidariedade, apoiada na pertença aos grupos. Nesse sentido, a personalidade designaria o conjunto de competências que fazem do sujeito, um ser capacitado para falar e agir (BATISTA, 2012). Desta forma, a Teoria da Ação Comunicativa visa à libertação do sujeito, por meio do esclarecimento e da elucidação, permitindo o desvelar da

realidade dos fatos. Para Habermas (1989), nesse contexto, a interpretação das ciências deveria ultrapassar os limites da hermenêutica e da retórica, evitando produzir teorias monológicas, apoiadas pela observação controlada.

Para Habermas (1981; 1989) as pessoas discordam porque as possibilidades de consenso não são unânimes, dando sempre margem para o dissenso, sendo necessário adicionar um elemento de explicação causal à hermenêutica. Para ele é então necessário que se crie uma teoria de síntese, considerando teorias que levem os sistemas em conta, mas acrescentando teorias que sejam capazes de viabilizar a compreensão das ações comunicativas. De acordo com Oliveira (2008) Habermas até admite que todo diálogo é perpassado por elementos de dominação, entretanto, argumenta que nem todos os sujeitos têm a mesma chance de falar, tendo suas ações mediadas e permitidas pela própria dominação. Assumindo a proposta de Habermas, Batista (2012) conclui que os movimentos sociais são formas de agência coletiva (GIDDENS, 1991), surgidas no mundo da vida para gerar formas de oposição ou resistência ao sistema, que por sua vez, é o responsável por extirpar a autonomia dos sujeitos. Para Habermas (1981; 1989) a razão instrumental, objetiva, não seria a única a reger e coordenar a sociedade, mas existiria ainda, uma razão comunicativa, de natureza intersubjetiva, e capaz de estabelecer condições para inculcar uma tradição cultural e formar a base para as ações racionais. Nesse sentido, pensamos que a Teoria da Ação Comunicativa nos daria suporte para as análises que busquem compreender o corpo e a corporeidade nas organizações.

OS CORPOS FALAM? IMPLICAÇÕES ÉTICAS SOBRE OS CORPOS

Na busca pelo direito à autonomia pouco se discute sobre as condições de acesso a uma verdadeira autonomia. Estariam todos os indivíduos dispostos às possibilidades reais de emancipação? As parcelas mais pobres da população mundial estariam aptas a desenvolverem-se autonomamente? Os seres humanos com pouco ou nenhum acesso a condições dignas para o desenvolvimento social e cultural teriam condições de refletir sobre si mesmos de modo a alcançar uma consciência completa de si mesmos? Consideramos válidas as hipóteses de que qualquer que seja o indivíduo ele é capaz, em algum nível, de refletir e chegar a alguma forma de emancipação, contudo, entendemos que o desconhecimento e o descaso faz com que muitos indivíduos se tornem demasiado vulneráveis perante a sociedade e as relações de poder que lhe são impingidas. Nos extremos das relações sociais há um desencontro na proporcionalidade do acesso à informação e na possibilidade de proteger-se da alienação.

No que se refere ao corpo, há os que negam a relevância que ele tem para a constituição dos sujeitos e os que veem a mercantilização do corpo como uma forma de rejeitar os princípios de solidariedade (DINIZ, 2001; BARCELOS, 2009). Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o corpo humano e suas partes não são passíveis de transações comerciais, sendo proibida a atribuição de valor econômico. No entanto, o liberalismo político, como bem menciona Habermas (2010), reage ao pluralismo ideológico e à individualização crescente dos estilos de vida, ocasionando o fracasso das tentativas filosóficas para designar determinados modos de vida.

Se a sociedade “justa” deveria garantir a todos a mesma liberdade para o desenvolvimento da autocompreensão ética, a fim de formar uma concepção pessoal e individual do que seria uma boa vida, segundo capacidades e critérios próprios, dever-se-ia considerar que os projetos individuais de vida não são formados de forma independente dos contextos partilhados intersubjetivamente. Contudo, em uma sociedade complexa, uma cultura só se afirma perante as outras, ao compreender que têm o direito de dizer não (HABERMAS, 2010). As vantagens semânticas que viabilizam e organizam o mundo, orientam as ações, mas em um estado constitucional democrático não seria legítimo que a maioria prescrevesse às minorias, a própria forma de vida cultural como referência. Ao observarmos as discussões filosóficas em torno da mercantilização dos corpos, notamos o que Habermas coloca sobre a não renúncia da filosofia quanto às reflexões normativas. As proibições, entretanto, não ocasionam reflexões produtivas quanto a melhor coisa a se fazer por mim ou por nós em longo prazo, a partir de uma observação cuidadosa e empática em relação ao todo.

As questões éticas sobre si mesmo, também são estabelecidas no contexto de determinadas histórias de vida, ou ainda de formas de vida especiais. Para Habermas (2010), essas questões colidem e se sobrepõem à identidade, no sentido de como devemos nos compreender, de quem realmente somos e do que queremos ser. De acordo com o autor, sem considerar isso, as teorias atuais da justiça e da moral, tendem a trilhar caminhos próprios, distintos dos conceitos fundamentais sobre a ética, no sentido clássico de uma doutrina da vida correta. Nesse sentido, a teoria moral paga

um preço alto, já que divide seu escopo com uma ética especializada nas formas da autocompreensão existencial. Não se levam em conta, o fato de que as convicções morais condicionam efetivamente com a vontade, apenas quando se encontram inseridas na autocompreensão ética, capaz de elucidar a preocupação com o próprio bem estar, mas a serviço do interesse pela justiça (HABERMAS, 2010).

A ética filosófica deixou o campo livre para que outras áreas se encarregassem da tarefa de orientar a vida, sem grandes escrúpulos e com a atenção debruçada sobre o poder ser si mesmo. Com a ausência de uma autorreflexão ética, e sem condições dignas, de escolhas sobre si mesmos, os sujeitos têm suas ações determinadas pelo interesse no êxito dos projetos de vida, pautados no mundo econômico. Assim, a fronteira entre a natureza do que se é, e a disposição orgânica que damos a nós mesmos, acaba desvanecendo e, na medida em que um indivíduo decide no lugar de outro, interfere profundamente na constituição do segundo, e a simetria da responsabilidade – em princípio existente entre pessoas livres e iguais – torna-se limitada (HABERMAS, 2010). É assim que o destino determinado pela socialização faz com que reste para algumas pessoas, a escolha entre o fatalismo e o ressentimento, o que para Habermas (2010), faz com que nós, seres normativos, que esperamos uns dos outros uma responsabilidade solidária, fiquemos a mercê da uma ética do poder ser si mesmo, transformada em uma única alternativa, dentre várias que poderíamos ter.

O campo das pesquisas, do desenvolvimento biotécnico se financia no mercado de capitais, e satisfazem, provisoriamente, apenas o espetáculo da

mídia, ignorando a necessidade de se esclarecer os sentimentos morais desencontrados (HABERMAS, 2010). Ao apontar a ampliação da ciência e da tecnologia, Habermas (2010) indica a diminuição da nossa margem de liberdade, que para ele se deve a um falso discurso insuflado pelo processo de dessocialização e desencantamento da natureza externa. Para o autor, trata-se de uma tendência incontida, refreada apenas com o estabelecimento de tabus artificiais, com um novo encantamento da natureza interna. Esse deslocamento, entre o acaso e a livre decisão, afeta de a auto compreensão de pessoas que agem de forma moral, e que se preocupam com a própria existência, culminando na instrumentalização da vida humana. Há nesse contexto, uma pretensa aceitação racional, que distingue as proposições acerca do que seria uma solução justa para os conflitos entre ações e proposições sobre o que é bom para mim ou para nós.

Ao se pensar em direitos e deveres, a comunidade de seres morais, criadores de suas próprias leis, se organiza como se fosse capaz de abarcar todas as relações que necessitam de um regulamento normativo. Porém, apenas os sujeitos de uma mesma comunidade deveriam ter o poder de imporem, mutuamente, obrigações morais, esperando que os grupos se comportem conforme a norma (HABERMAS, 2010). Apenas na simetria das relações, a dignidade humana poderia ser entendida em sentido moral e jurídico, pois não é algo que se possui por natureza, mas que é marcado por uma intangibilidade que alcança significado apenas a partir das relações interpessoais, de reconhecimento recíproco e no relacionamento igualitário entre os sujeitos. Nesses termos, Habermas (2010) salienta que a regulamentação normativa para as relações

interpessoais se constituem como um poroso invólucro de proteção contra algumas contingências, não salvaguardando o corpo vulnerável e a pessoa nele representada. Tais ordens morais são vulneráveis e, portanto, frágeis.

É relevante atentarmos que a subjetividade que faz do corpo humano um recipiente animado do que muitos chamam de alma, constitui-se a partir das relações intersubjetivas, onde o si mesmo – indivíduo – surge na exteriorização, estabilizando-se na rede de relações de reconhecimento. Esse processo, de acordo com Habermas (2010), cria uma interdependência que esclarece a vulnerabilidade do indivíduo, em relação ao mundo socialmente constituído. Nessa dinâmica os sujeitos ficam expostos e desprotegidos, dependendo intrinsecamente das relações, para constituírem sua identidade e defenderem sua integridade. Percebemos aí, que a autonomia é como aponta Habermas (2010), uma possibilidade de conquista precária, de existências finitas que apenas podem se fortalecer a partir da tomada de consciência da vulnerabilidade física e da dependência social. Para o autor, é no universo das relações e interações interpessoais, que é reificada a imposição de regras morais, numa rede de relações de reconhecimento, regulada de forma legítima, onde as pessoas podem desenvolver e manter sua identidade pessoal, ao passo que mantêm sua integridade física. Intentando compreender melhor essa dinâmica, discorreremos a seguir sobre a possibilidade de analisar as relações estabelecidas socialmente, a partir da Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1981).

CORPO, ÉTICA, TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Tem sido frequente o interesse dos pesquisadores brasileiros em realizar trabalhos que buscam uma compreensão que ultrapasse os aspectos biológicos do corpo. Áreas como a Psicologia, a Educação, a Medicina e a própria Administração (VIEIRA, 2005; SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2008; FLORES-PEREIRA; CAVEDON, 2009; TURETA et al, 2011; PEREIRA; AYROSA, 2012; ALMEIDA; FLORES-PEREIRA, 2013; CAPPELLE; BRITO.; BERTOLIN 2014; SOUZA, COSTA, PEREIRA 2015) contam com intelectuais que se debruçam sobre a temática na busca por preencher algumas das lacunas que identificam na construção do conhecimento.

Vieira (2005, p. 112, 113) aponta que seu trabalho toma “o corpo como elemento significativo para compreendermos a Dança-teatro de Pina Bausch e utilizamos a Hermenêutica como referencial metodológico para este trabalho. Pensar essa perspectiva de corpo na Educação é poder pensar um ato educativo em que a criação de novos sentidos para a existência e a possibilidade de interpretações diversas para uma mesma situação pode se constituir uma possibilidade de educar que não negue a própria condição humana”. Neste sentido, Vieira se aproxima da tradição fenomenológica, de uma sociologia interpretativa. Para este autor seu olhar sobre o corpo se aproximaria de Merleau-Ponty, onde este objeto seria visto como “é uma obra de arte e sua linguagem é poética”. Mas quem definiria o que uma obra de arte? O mercado? O sistema financeiro ao patrocinar espetáculos? E não seria a obra de arte uma procura por um corpo universal? De outro modo, este trabalho pode ser

aproximar da visão habermasiana, quando propõe a dança como uma linguagem até mesmo de consenso entre os sujeitos, outra racionalidade onde o corpo é a peça fundamental, lugar de nossas ações fundamentais (VIEIRA, 2005, p. 114).

Partindo do princípio de que o corpo se constitui como um receptáculo da cultura (enquanto uma possível estrutura), e procurando compreender essa relação, Flores-Pereira e Cavedon (2009) decidiram investigar as implicações dessa perspectiva simbólica na cultura organizacional. As autoras consideraram que a inscrição e incorporação da cultura pelos sujeitos pode ser desvendada e, portanto, politizada, a partir de um processo interpretativo ou fenomenológico. Nessa pesquisa foram tratados vários aspectos relacionados às diferenças corporais, como as hierarquias que delimitam os espaços e as posições a partir das características corporais, tais como a cor, a orientação sexual, a deficiência, a ornamentação e o volume do corpo. Para Flores Pereira e Cavedon (2009), ao politizar o processo de gestão dos corpos é possível questionar o ordenamento e o mainstream da prática organizacional, como os valores da instrumentalidade, da normalidade e da universalidade.

Em estudos como o de Pereira e Ayrosa (2012) o corpo tende a ser percebido como algo valorativo, um bem a ser melhorado, classificado e comercializado. Os autores apontam, inclusive, que no universo partilhado pelos gays, o corpo é uma marca capaz de permitir ao indivíduo, reduzindo e simplificando os sujeitos conforme suas imagens. Isso se explicaria pelo condicionamento dos sujeitos quanto à sua própria percepção do corpo físico, que muitas vezes pode ocasionar um sentimento

dicotômico, entre natureza e cultura. Assim, tem-se uma dimensão representacional, como sendo um elemento desencadeador das práticas corporais, que representa mentalmente aquilo que precede e orienta a prática do corpo (ALMEIDA; FLORES-PEREIRA, 2013). Para Flores-Pereira e Cavedon (2009), há uma relação pré-reflexiva nas ações dos indivíduos, que é a relação corporal. Para as autoras, antes que algo se torne uma representação mental, é preciso que se experimente uma vivência corporal, não reflexiva. Nesse sentido, o corpo torna-se elemento central da cultura, sendo o veículo de contato com mundo. Para esses autores acima mencionados, o corpo é considerado como uma representação cultural eles buscam uma compreensão simbólica dos corpos humanos nas organizações, estudando as representações de corpo no e as prescrições oferecidas pela mídia para inculcar nos sujeitos, estereótipos e modelos padronizados de sucesso. Um corpo universal onde diferenças são apenas toleradas, não aceitas. Diferenças estas que podem ser concertadas pela intervenção, terapias sociais, pelos saberes instrumentais como o da medicina.

Esses estudos afastam-se assim da visão Habermasiana onde

existe uma correlação direta entre ação comunicativa e mundo da vida, já que cabe à primeira a reprodução das estruturas simbólicas do segundo (cultura, sociedade, pessoa). Assim, sob o aspecto do entendimento mútuo, a ação comunicativa serve para transmitir e renovar o saber cultural; sob o aspecto de coordenar a ação, ela propicia a integração social; e sob o aspecto da socialização, ela serve à formação da personalidade individual. Por outro lado, a reprodução do substrato material do mundo da vida ocorre através de ações dirigidas a fins pelos

quais os indivíduos associados intervêm no mundo e realizam seus objetivos (PINTO, 1995, p.81).

Podemos então, nos perguntar qual saber cultural estaria sendo transmitido nas formas de gestão dos corpos dos trabalhadores, das pessoas? Que tipo de integração social estaria sendo construída? E, se nos aproximarmos da perspectiva da Teoria da Ação Comunicativa, poderíamos contribuir para também desvelar as possibilidades de compreensão da transformação social, recuperando as habilidades comunicativas dos sujeitos dialogarem construirmos valores, respeito e alteridade. Esse tipo de reflexão possibilitaria uma ressignificação da realidade social, permitindo o alcance de aspectos fundamentais à compreensão das dinâmicas sociais (BATISTA, 2012), bem como um questionamento político por parte dos sujeitos envolvidos nos processos produtivos, organizacionais.

Se ainda pensarmos na questão ética e na tarefa de orientar a vida, observamos uma deficiência quanto ao poder ser si mesmo. Isso talvez se deva ao que Habermas (2010) apontou sobre a ausência de uma autorreflexão ética, e de condições dignas para as escolhas sobre si mesmo. As ações dos sujeitos, determinadas pelo interesse no êxito dos projetos de vida, estariam então pautados no mundo econômico e a fronteira entre a natureza do que se é, e a disposição orgânica que damos a nós mesmos, desvanece quando os indivíduos decidem e interferem na constituição uns dos outros. Ao adotarmos o olhar de Habermas (2010) sobre a socialização dos indivíduos, notamos a ausência de solidariedade, expondo os sujeitos ao controle social, de um Estado, de grupos de mídias, do capital.

Para Siqueira e Siqueira (2008), a relação possibilitada pelos corpos traz explícito um forte aspecto da comunicação. Algo relevante para incitar a discussão e reflexão em torno da dinâmica que envolve os corpos no mundo socialmente constituído. As imagens possibilitadas a partir dos corpos são, fundamentalmente, estratégias de comunicação, constituintes de um imaginário. O Estado, em dado momento permite a incorporação de certos imaginários que corroboram com suas teses e interesses. Assim, a construção de certas imagens é permitida e veiculada com intencionalidade, e de acordo com interesses de diversas ordens.

Ao resgatarmos os conceitos de direitos e deveres, compreendemos que as inscrições possibilitadas pelos corpos, nas sociedades, podem contribuir para que se criem mecanismos que possibilitem a reflexão e, conseqüentemente, culmine na busca por uma simetria das relações, em que a dignidade humana possa ser entendida não apenas em sentido moral e jurídico, mas também como algo marcado por uma intangibilidade que alcança significado apenas a partir das relações interpessoais e, portanto, corporais ou corporificadas, em que se dá o reconhecimento entre os sujeitos. Compartilhamos da proposta de Habermas (1981), de que a modernidade liberta o homem para discussões válidas no Mundo da Ciência, da Moral e das Artes. Nesse sentido, acreditamos que a compreensão adequada sobre as implicações do corpo no mundo social, trariam à tona aspectos da subjetividade, dos sentimentos e das percepções estéticas. Esse fenômeno possibilitaria outras formas de análises em que, sem a pretensão de validade universal, ocasionassem um nível de compreensão em

que o homem tivesse a possibilidade de afastar-se desta mesma sociedade, para então discutir as verdades produzidas por esses três mundos. É nesse aspecto, que indicamos a relevância Teoria da Ação Comunicativa para a análise das relações corporificadas, que perpassam o mundo social e os próprios sujeitos.

No ensaio sobre o gerente-ciborgue, Tureta et al (2011) falam da carga sobre-humana que os gerentes precisam suportar para se adequar o mundo moderno. Ao salientar a crescente pressão para o alcance de metas e o aumento da carga e do tempo de trabalho, os autores propõem a metáfora do gerente-ciborgue, numa referência aos famosos ciborgues dos filmes de ficção científica recorrentes nas décadas de 1980 e 1990. Os mais conhecidos e referenciados pelos autores são o Robocop, o Exterminador do Futuro e o Soldado Universal. Nota-se que todos os personagens citados são dotados de habilidades sobre humanas, por contarem com um corpo mecanizado e metalizado. São híbridos com características humanas e mecânicas. Nesse contexto, os gerentes-ciborgues seriam espécies de híbridos, com corpos também maquinizados, que a partir da inserção da tecnologia perde o controle de sua vida pessoal, já que precisam estar aptos a dar respostas rápidas e estar disponíveis para ser acessados a qualquer momento e a qualquer distância. Segundo os autores, a rede de relação dos gerentes é transformada na medida em que os elementos materiais da tecnologia vão se transformando numa espécie de extensão dos corpos humanos.

É interessante, como o estudo de Tureta et al (2011) nos remete ao que aponta Habermas (2010), sobre o corpo humano como um recipiente animado que constitui-se a partir das relações intersubjetivas. Pois

verificamos em sua proposta metafórica, o surgimento de um novo sujeito, que a partir da exteriorização e da rede de relações é reconhecido e reificado, mas agora, a partir de elementos materiais. Notamos aqui, que com o avanço da tecnologia, surge uma nova forma de interdependência, evidenciando mais uma vez a vulnerabilidade do indivíduo em relação ao mundo socialmente constituído. Assim, os sujeitos cada vez mais expostos, precisam reconfigurar sua existência e sua identidade, na constante luta por sua integridade. É neste ponto, que mais uma vez recorremos a Habermas (2010), pois observamos em reflexões como a que propõem Tureta et al (2011), que a autonomia é uma possibilidade de conquista precária, de existências finitas, mas que podem ser fortalecidas a partir da tomada de consciência acerca da vulnerabilidade física e da dependência social.

Vale ressaltar ainda que, nesse mundo dividido em cultura, sociedade e personalidade, o que gera a solidariedade é o pertencimento aos grupos. Nesse contexto, a personalidade dos indivíduos, elemento que designa o conjunto de competências que fazem do sujeito um ser capacitado para falar e agir, é o motor para a tomada de consciência e possibilidade de emancipação. É nesse ponto, que afirmamos que a Teoria da Ação Comunicativa possibilita investigações que viabilizem a libertação do sujeito, por meio do esclarecimento e da elucidação, permitindo algumas outras clarificações sobre a realidade.

O trabalho de Cappelle, Brito e Bertolin (2014, p.19), baseados em Merleau-Ponty busca fazer uma crítica dialética mente-corpo nos estudos de aprendizagem organizacional. Para esses autores,

A percepção da organização e de como ela se apresenta aos sujeitos é

fortemente marcada pelas faculdades perceptivo-sensoriais, próprias da corporeidade, e que determinam todo o julgamento estético realizado, reposicionando o entendimento da ação de conhecer.

Os autores estariam buscando fazer o que Merleau-Ponty enfatiza quando propõe que a arte e a filosofia construiriam possibilidades de entendimento do social frente ao domínio da razão científica. Contudo, ao denominarem a aprendizagem de organizacional acabam por perfilarem-se ao *mainstream* da administração. A aprendizagem é do indivíduo, dos sujeitos, não da organização. A utilização do arcabouço teórico de Merleau-Ponty nos faria pensar sobre a aprendizagem nas organizações. O tema da aprendizagem organizacional atrela-se ao paradigma que Merleau-Ponty criticou, a razão científica que corporifica a organização, reificando e neste processo dar a este ente corporificado a ideia de que ela aprende e de que não é uma criação humana. Neste sentido, os autores se afastam da Fenomenologia, assim como da Teoria da Ação Comunicativa. A ideia de trazer a estética, uma outra linguagem não é para a possibilidade de criar o novo e buscar mais autonomia ao ser humano, mas incorporar mais uma categoria as análises de aprendizagem organizacional, prendendo o indivíduo à organização.

O trabalho de Souza, Costa e Pereira (2015), baseado em Foucault, busca enfatizar a corporificação da organização, fazendo também uma crítica a trabalhos que qualificam constructos humanos à organização, a exemplo de pesquisas que dissertam sobre cultura organizacional, aprendizagem organizacional, reputação organizacional, identidade organizacional. Corporifica-se a organização e esvazia-se o

ser humano. Esse trabalho não só se afasta da Teoria da Ação Comunicativa, pois Foucault e Habermas, como aponta Flyvbjerg (2000), mesmo sendo pensadores de uma ação política, são profundamente diferentes e seria inútil prever qualquer tipo de perspectiva teórica ou metateórica para buscar integrá-los em um quadro comum de análise. Se para Habermas, haveria a possibilidade de consenso advindo de uma ação comunicativa entre serem humanos, para Foucault haveria sempre relações de poder, conflitos e resistências, nunca um consenso. Para ele, nem mesmo o corpo humano é constante, estável e não pode servir de base para a auto reconhecimento ou para a compreensão de outros homens.

De modo geral, vimos que alguns trabalhos (maioria) buscam tatear o tema corpo, aproximando-se de uma visão fenomenológica, no sentido das possibilidades de interpretações que surgem sobre a sociedade. Alguns, mais que outros realizam críticas a razão instrumental, científica e universal. Outros esquecem de que propuseram pesquisar o corpo sob o viés fenomenológico, e se aproximam do *mainstream* positivista da área de administração.

A forma de racionalização do sistema de ação fica inteiramente voltada para o incremento das forças produtivas e a extensão do poder inteiramente voltada ao controle técnico. Numa situação assim desenhada é forma de comunicação é distorcida e caracterizada pela condição assimétrica das situações de fala dos participantes que refletem a distribuição desigual de poder (MARGE, 2008, p.29).

Condição assimétrica, que aparecerá nos corpos, na corporeidade das organizações, e das sociedades. Neste

sentido, afastam-se da perspectiva habermasiana e da Teoria da Ação Comunicativa, pois não estão buscando alguma autonomia do ser humano, nem mesmo quando este é visto como uma peça das organizações. Os artigos analisados acabam por enfatizar, segundo Marge (2008, p. 29), e desenvolver guias e modos de pensar “colocando ênfase na trajetória de aprendizagem de habilidades e qualificações necessárias para a execução adequada do papel”, dos corpos, do trabalho a ser realizado quase que maquinalmente. Destacamos o trabalho de Souza, Costa e Pereira (2015) que mesmo se afastando da perspectiva de Habermas, propõe uma leitura mais crítica o tema o corpo e corporificação. Uma leitura onde não haveria consensos de forma alguma, mas o corpo e o ser humano como transpassado pelas relações de poder (e resistência).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos a discussão sobre a relevância em nos aprofundar sobre o tema corpo e corporeidade, nos estudos organizacionais, consideramos que as práticas dos sujeitos são viabilizadas pela corporeidade, e que esse aspecto tem relevante influência nas relações que ocorrem pelo intermédio das organizações ou pelas organizações. A proposta de contribuir com um olhar mais atento e mais amplo, sobre as dinâmicas que perpassam o mundo social, considera que as organizações são como reflexos dos processos psíquicos e intrapsíquicos dos indivíduos, que projetam suas angústias e anseios nas organizações das quais fazem parte. Nesse sentido, consideramos que as práticas dos sujeitos nas organizações são intermediadas pelo corpo e pelas imagens a ele relacionadas. Ao

partilharmos a ideia de que o corpo e suas imagens são lugares de memórias, entendemos que a sociedade se inscreve e se mostra a partir das relações dos sujeitos, de sua docilidade ou resistência. Se as marcas inscritas nos corpos revelam a história, as memórias e as experiências dos sujeitos, entendemos que a partir de um olhar mais atento sobre a dinâmica da corporeidade é possível trazer à tona, elementos que auxiliem no entendimento e interpretação do mundo socialmente organizado.

Uma consideração a se fazer, é que alguns estudos sobre o corpo estão ultrapassando a lógica anatômica, e demonstram uma centralidade na compreensão do corpo como representação (ALMEIDA; FLORES-PEREIRA, 2013). Contudo, para Ibáñez (1994) e Rorty (1994), os trabalhos que persistem no uso das representações, mesmo os autores dizendo que estão perfilhados à fenomenologia, estão assumindo a dicotomia sujeito-objeto, corporeamente. Particularmente, para Rorty (1994), essa continuidade de pesquisas representacionistas evidencia demonstrando que os pesquisadores estão presos a concepção da mente como, puro espelho da natureza, e não que o conhecimento se constroem nas relações sociais.

Nesse sentido, Almeida e Flores-Pereira (2013), apontam a existência ainda, de uma cisão, que faz com que a mente seja entendida como um elemento que antecede ao corpo. Isso faz com que o corpo continue recebendo uma conotação objetiva, onde ocorre o deslocamento da ciência biológica para uma ciência social, ou seja, um deslocamento da percepção do corpo como objeto da biologia, para objeto da sociedade e da cultura. Essas autoras apontam que os estudos brasileiros sobre o corpo precisam avançar, adotando a perspectiva da

corporeidade, buscando se distanciar de uma lógica dicotômica de construção do conhecimento, evitando preconizar uma separação entre mente e corpo, sujeito e objeto, representação e prática. Buscando compreender a pessoa de modo indissociável de seu corpo e do mundo sócio-histórico-cultural do qual faz parte. Como já apontado por Almeida e Flores-Pereira em 2013.

Pautando-se na perspectiva de Habermas (1981; 1989), e objetivando ir além de uma crítica da ideologia, propomos essa reflexão, acreditando na possibilidade de ampliação da compreensão da realidade, perpassada e construída cotidianamente pelos indivíduos. A intenção em dar lugar às reflexões críticas, olhando para além dos discursos, requer que se observem as dinâmicas no plano objetivo das ações sociais. Ao propor que se busque a compreensão das ações sociais, permitidas a partir da corporeidade, recorre-se à Teoria da Ação Comunicativa, no intuito de conciliar temas como ética, liberdade e emancipação, possibilitando uma profunda crítica da realidade, evitando distorções. Entendemos que linguagem, corpo, imagem e relações de poder, são os elementos da rede que fundamenta o mundo real e entendemos que a proposta de Habermas (1989) constitui um relevante esforço para a compreensão deste mundo real.

O estabelecimento das relações sociais, que ocorre intermediado pelas práticas corporais, faz dos indivíduos sujeitos e, nesse sentido, os estudos sobre os sujeitos podem se valer de uma análise que considere os corpos e as relações corporificadas. A ausência desse tipo de perspectiva no âmbito dos estudos organizacionais, como aponta Dale (2001) demonstra o descuido com tema de tamanha relevância para a disciplina, já que pressupostos específicos de corpo

formaram e seguem formando a área dos estudos organizacionais, já que o ideal moderno-ocidental que separa a pessoa em corpo e mente, não vislumbra satisfatoriamente, a capacidade que os sujeitos têm para pensar e racionalizar (ALMEIDA; FLORES-PEREIRA, 2013).

Conforme apontam Almeida e Flores-Pereira (2013), o conhecimento desenvolvido no âmbito das organizações sociais, têm enfatizado a divisão e hierarquização mente/corpo, um conhecimento atrelado a modernidade, a uma instrumentalidade, a uma verdade universal. Atrelado a uma ciência cartesiana e que desenvolve um saber administrativo que pensa em um só modelo de gestão, que concebe uma forma de gerir o trabalho. Onde, poucas diferenças são toleradas. Refletindo sobre esta hierarquização, observamos que os corpos, agora também dos gestores, do grupo de diretores, da alta administração, precisam estar coerentemente trabalhados, sintonizados ao mundo do trabalho. Eficientemente sincronizados ao capital. As pessoas que trabalham nas organizações são agora todas assimiladas, disciplinadas e controladas em seus corpos, não mais só trabalhadores braçais.

De acordo com Dale (2001), retrata a ênfase na produção de corpos normalizados e universais. Nesse sentido, a autora argumenta ser emergente a necessidade de se investigar outras formas de se pensar a construções dos corpos e da corporeidade, possibilitando uma reflexão crítica, que perpassa o mundo do trabalho, das organizações, e das transações econômicas. É preciso tentar alcançar a realidade, buscando maior amplitude nos estudos que visam compreender e revelar o universo em que se concretizam as organizações. Ao apresentar a

temática corpo e corpo e corporeidade, buscamos propor uma reflexão que leve em conta as formas de comunicação que os sujeitos utilizam para constituírem-se e, ao mesmo tempo, colocarem-se no ambiente ao qual são inseridos. Quando investigamos qual a abordagem dos trabalhos no âmbito dos estudos organizacionais a respeito do tema, observamos que ainda há uma tendência a divisão dicotômica entre corpo e mente. Ao identificar os aspectos da corporeidade que perpassam o mundo das organizações, entendemos que as próprias organizações são estruturas corporificas, e quando propomos a conciliação da temática proposta com a Teoria da Ação Comunicativa, partimos do princípio de que, essa seria a abordagem mais complexa, para nos viabilizar uma forma de análise que pudesse contribuir para uma profunda compreensão das relações humanas, que perpassam o universo das organizações. Apontamos que é possível trilhar caminhos que permitam uma analítica do corpo no âmbito dos estudos organizacionais.

De forma complementar, compreendemos que a ação comunicativa, como nos lembra Pinto (1995) surge de uma interação, em que há no mínimo dois sujeitos que falam e agem, estabelecendo relações interpessoais a fim de compreenderem as circunstâncias nas quais são geradas as interações. Esse aspecto pode interferir nos planos de ação, na medida em que as orientam no plano do entendimento. A direta correlação entre o mundo da vida e a ação comunicativa, observada por Habermas (1981) porque a ação comunicativa possibilita a reprodução das estruturas simbólicas do mundo da vida. Nesse sentido, a ação comunicativa serviria para transmitir e renovar o saber cultural, coordenando a ação

e propiciando integração social, contribuindo ainda, para a formação da personalidade individual. Vale pontuar ainda, que a reprodução material do mundo da vida – que para nós ocorre por intermédio dos corpos – se dá a partir de ações dirigidas para fins que levam os indivíduos a intervir no mundo.

Apoiando-nos nessa concepção e propondo contribuir com os estudos sobre transplante e doação de órgãos, a partir de uma análise que perpassa a ação comunicativa dos sujeitos, principalmente no que se refere aos corpos e a corporificação,

nos pautamos ainda, na afirmação de Assis e Paes de Paula (2013) que já investigam a possibilidade de contribuição da Teoria da Ação Comunicativa para os estudos sobre os sujeitos. Para as autoras, se faz indispensável uma compreensão adequada da complexidade das pessoas e das organizações, e podemos alcançá-la, a partir de uma experiência autêntica, capaz de viabilizar uma reflexão movida pela interação com outras pessoas (ASSIS; PAES DE PAULA, 2013).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. D.; FLORES-PEREIRA, M. T. As corporalidades do trabalho bailarino: entre a exigência extrema e o dançar com a alma. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 17, n. 6, p. 720-738. Rio de Janeiro, nov./dez, 2013.
- ASSIS, L. B.; PAES DE PAULA, A. P. Teoria da Ação Comunicativa: reflexões sobre a contribuição de Habermas para a resignificação da gestão. III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. 2013. **Anais...** Florianópolis, mar. 2013.
- BARCELOS, M. R. D. **Integridade da pessoa: fundamentação ética para a doação de órgãos e tecidos para transplantação**. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Faculdade de Medicina de Lisboa, Universidade de Lisboa, 2009.
- BARCO, A. P. A concepção Husserliana de corporeidade: a distinção fenomenológica entre corpo próprio e corpos inanimados. **Synesis, Petrópolis**, v. 4, n. 2, p. 1-12, ago/dez, 2012.
- BATISTA, M. Hermenêutica filosófica e o debate Gadamer-Habermas. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**. v. 2, n.1, p. 101-118, 2012.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2ª Ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J.; BERTOLIN, R. V. Corporeidade e estética na aprendizagem organizacional: insights emergentes. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 15-37, 2014.
- CUNHA, M. J. O corpo, o consumo e o investimento corporal: as dietas e o exercício. Congresso Português de Sociologia. Lisboa. 2008. **Anais...** Lisboa, 2008.
- DALE, K. **Anatomising embodiment and organization theory**. Basingstoke: Palgrave, 2008.
- DINIZ, D. As fronteiras da pesquisa antropológica: ética, autonomia e tráfico de órgãos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 1, p. 215-219, Rio de Janeiro, jan./fev. 2001.

FIEDLER, R. C. P. A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. *Revista de Educação*, v. 1, n. 1, p. 93-100. Guarulhos, 2006.

FLORES-PEREIRA, M. T; CAVEDON, N. R. Os bastidores de um estudo etnográfico: trilhando os caminhos teórico-empíricos para desvendar as culturas organizacionais de uma livraria de shopping center. *Cadernos EBAPE*, v. 7, n. 1, p. 156-168. Rio de Janeiro, mar, 2009.

FLYVBJERG, B. Ideal Theory, Real Rationality: Habermas Versus Foucault and Nietzsche. Paper for the Political Studies Association's 50th Annual Conference, The Challenges for Democracy in the 21st Century, London School of Economics and Political Science, 10-13 April, 2000.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1981.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **O futuro da natureza humana**. São Paulo: Biblioteca do Pensamento Moderno, 2010.

IBÁÑEZ, T. La construcción del conocimiento desde una perspectiva socioconstruccionista. Em M. Montero (org.) **Conocimiento, realidad e ideología**. Caracas: Asociacion Venezolana de Psicología Social/AVEPSO, p 39-48, 1994.

MAGER, M. Alguns lugares de inserção da teoria crítica de Habermas. SILVEIRA, AF., et al., org. **Cidadania e participação social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 23-34, 2008.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARIN, A. A.; SILVEIRA, E. Educação e ecologismo no enfrentamento do egocentrismo moderno: o reaprendizado da alteridade. *Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG*, v. 33, n. p.11-30, jan./jun. 2008.

MEAMBER, L. A. & VENKATESH, A. The flesh is made symbol: an interpretive account of contemporary bodily performance art. In: E. J. Arnould & L. M. Scott (Eds.) **Advances in Consumer Research**. v.26, p.190-194. Provo: Association for Consumer Research, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de la perception**. Éditions Gallimard: Paris, 2005.

OLIVEIRA, P. C. A ética da ação comunicativa em Jürgen Habermas. *Revista Estudos Filosóficos*, n. 1, p. 14-22. São João Del Rei, 2008.

PEREIRA, S. J. N.; AYROSA, E. A. T. Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. *Organizações & Sociedade*. v. 19, n. 61. p. 295-313. Salvador, abr./jun. 2012.

PINTO, J. M. R. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. *Paideia*, v. 9, n. 8, p. 77-96. Ribeirão Preto, fev./ago, 1995.

RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

SIQUEIRA, E. D.; SIQUEIRA, D. C. O. Corpos autorizados: comunicação, poder e turismo. *Revista Hospitalidade*. v. 5, n. 1, p. 97-116, 2008.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. S. M.; PEREIRA, S. J. N. A Organização (in)corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 13, n. 4, p. 727-742, 2015.

THOMPSON, C. J. & HIRSCHMAN, E. C. Understanding the Socialized Body: A Poststructuralist Analysis of Consumer's Self-Conceptions, Body Images and Self-Care Products. *Journal of Consumer Research*, v.22, p. 139-164. 1995.

TURETA, C.; TONELLI, M. J.; ALCADIPANI, R. O gerente-ciborgue: metáforas do gestor "pós-humano". *Organizações & Sociedade*. v. 18, n. 58, p. 467-486. Salvador, jun./set. 2011.

VIEIRA, M. S. O corpo como linguagem na Dança-Teatro de Pina Bausch. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 2, n. 2, p. 111-118. 2005.

NOTA

(1) Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Graduada em Administração pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Graduada em Psicologia pela Faculdade Ingá. Professora substituta na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

(2) Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras/UFLA. Graduado em Zootecnia pela Universidade de São Paulo/USP. Professor titular na Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Enviado: 18/01/2015

Aceito: 04/03/2016

Publicado: 06/05/2016